

**A EFETIVIDADE DO PLANEJAMENTO RECENTE EM SANTA CATARINA: O CASO  
DA SDR DE SÃO JOAQUIM**

**Mariana Canadas Linder – NPDR/FURB**

E-mail: mariana@linder.com.br

**1. Introdução**

O planejamento estadual em Santa Catarina não se diferencia significativamente da experiência federal de planejamento. E apesar da situação aparentemente privilegiada frente às condições encontradas nos demais estados brasileiros, as desigualdades são facilmente encontradas.

A experiência estadual de planejamento teve início na década de 60, e a ausência de interferência do governo central levou à mobilização dos atores locais, com a criação de associações municipais no mesmo período. Recentemente, o governo do Estado implantou novas políticas de planejamento visando à descentralização. Com a promessa de aproximação do governo das diversas regiões de Santa Catarina, atendendo necessidades específicas de cada região, e buscando a legitimidade de ações políticas através da participação de “representantes das comunidades” nos Conselhos de Desenvolvimento Regional [CDR], adotou um modelo de planejamento “de cima para baixo” e criou as Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional [SDR].

Este artigo tem por objetivo principal analisar o processo de criação e o impacto das SDR, através do caso da SDR de São Joaquim. É importante observar se os objetivos determinados para a SDR estão sendo alcançados e se os municípios tiveram avanços significativos de desenvolvimento após sua implantação. O estudo foi baseado em pesquisa bibliográfica e análise de dados disponibilizados por órgãos de pesquisa.

Parte-se do pressuposto que a criação de um modelo de planejamento de “cima para baixo”, com a criação das SDR, inibe ou anula a mobilização de atores locais, sem aumento significativo no desenvolvimento das regiões e com o crescimento constante das desigualdades regionais.

Inicialmente, será apresentado o referencial teórico. Em seguida, caracteriza-se o estado e os municípios pertencentes à SDR de São Joaquim. Posteriormente, são apresentadas as

**III ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE**  
**23, 24 e 25 de abril de 2009 – Blumenau, SC**  
**Artigos Científicos**  
**Área Temática: Planejamento e desenvolvimento regional**

---

iniciativas governamentais de planejamento no estado e descrito o processo de criação e definição de objetivos das SDR. Por fim, é feita uma análise da situação atual dos municípios da SDR de São Joaquim, em comparação com a situação anterior desses municípios no estado, analisando a efetividade da criação das SDR no estado.

## **2. Referencial teórico: Planejamento e Desenvolvimento Desigual**

### **2.1 Planejamento**

O planejamento simboliza a aplicação de conhecimentos científicos e técnicos à determinadas atividades, legitimando as tarefas a serem executadas. Para Escobar (2000), de um modo geral, o conceito de planejamento implica a certeza de que mudanças sociais podem ser forjadas e dirigidas, ou até produzidas quando desejadas.

Entre os fatores que desencadearam este processo na Europa, o autor destaca o crescimento das cidades industriais. Na busca pela solução do caos urbano instaurado com o crescente número de pessoas que chegavam às cidades, principalmente devido ao aumento da poluição, acúmulo de lixo e água de esgoto que escorria pelas ruas, funcionários municipais e reformadores estabeleceram as bases para um planejamento urbano mais abrangente. Dessa forma, a cidade passou a ser tratada como objeto, passível de ser analisado cientificamente e modificado para satisfazer as necessidades iminentes.

A padronização, ou normatização da realidade em que vivemos é essencial para eficácia do processo de planejamento. Indivíduos precisam estar sujeitos à normas dominantes da sociedade, para que cenários possam ser diagnosticados ou previstos e assim possa ser definida uma alternativa de modificação da realidade em questão (ESCOBAR, 2000, p.213).

Além padronização da sociedade, para Theis e Butzke (2008), o planejamento pode ser considerado, em grande parte, o causador do aprofundamento do capitalismo, pois a maioria das iniciativas de planejamento no Brasil, que iniciaram depois de 1930, foram de caráter imediatista e orientadas ao crescimento econômico.

Escobar (2000) enfatiza que o planejamento redefine a vida social e econômica segundo critérios de racionalidade, eficiência e moralidade, que são reflexo de histórias e necessidades específicas de uma sociedade, que não necessariamente se aplica igualmente às outras. Ao se considerar uma determinada realidade como modelo de “sociedade moderna”, planejar essa

**III ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE**  
**23, 24 e 25 de abril de 2009 – Blumenau, SC**  
**Artigos Científicos**  
**Área Temática: Planejamento e desenvolvimento regional**

---

realidade em outra sociedade significava substituir as estruturas humanas e sociais existentes por outras consideradas “racionais”.

Ao longo do tempo muitos projetos fracassaram, e muitos planejadores concluíram a necessidade da descentralização do poder e inserção dos atores envolvidos no processo na definição desses projetos. O envolvimento da população, em geral, trouxe melhores resultados aos planos definidos, exigindo muito menos esforço. Dessa forma o conceito de participação deixou de ser visto como uma ameaça e tornou-se um slogan politicamente atraente (RAHNEMA, 2000, p.190). Essa definição preocupa, pois o termo corre o risco de se tornar de utilização massiva, dando valor ao discurso político, sem sua concretização prática. (GONÇALVES, 2005 apud THEIS; BUTZKE, 2008, p.02)

## **2.2 Desenvolvimento desigual**

A condição aparentemente privilegiada do estado de Santa Catarina, demonstra através da observação de dados, a crescente desigualdade existente no estado.

Para Theis (2008), o enfoque teórico do desenvolvimento desigual, tem sua origem em Marx, Lênin e Trotsky. Segundo Smith (1988), Marx observou que “o capital cresce enormemente num lugar, numa única mão, porque foi, em outros lugares, retirado de muitas mãos”. Löwy (2000) afirma que através da lei do desenvolvimento desigual e combinado, originalmente formulada por Trotsky, é possível explicar as contradições econômicas e sociais nos países periféricos. O processo de desenvolvimento capitalista torna-se uma fusão de condições locais (ainda atrasadas), com condições gerais (mais avançadas), tornando necessário a “não passagem” por etapas intermediárias de um crescimento normal.

Para Trotsky, a possibilidade de saltar etapas intermediárias é um fator dependente das capacidades econômicas e culturais do país e a desigualdade de ritmo, manifesta-se com o máximo de vigor e de complexidade nos países atrasados. (LÖWY, 2000, p.75)

Harvey (2004) acrescenta a dimensão espacial à reflexão de Trotsky, chamando-a de desenvolvimento geográfico desigual. Ele atenta para o fato de que a mudança política resulta de mudanças de pensamento e ação em várias escalas. E dá ênfase à necessidade de considerar as relações políticas nas múltiplas escalas. No âmbito local elas podem reforçar o desenvolvimento

**III ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE**  
**23, 24 e 25 de abril de 2009 – Blumenau, SC**  
**Artigos Científicos**  
**Área Temática: Planejamento e desenvolvimento regional**

---

geográfico desigual ou contribuir para a mudança. Para ele, a acumulação de capital sempre foi uma questão geográfica.

O planejamento recente de Santa Catarina demonstra preocupação com as desigualdades encontradas no estado, de forma a buscar maior equidade entre pessoas e regiões. Resta analisar se as ações do governo estadual estão contribuindo para a minimização dessas desigualdades, ou, se mais uma vez, o poder político apenas de apoderou de termos e palavras estereotipadas a fim de dar visibilidade e tornar suas proposições mais atrativas aos olhos da população.

### **3. O Estado de Santa Catarina**

Santa Catarina apresenta uma situação privilegiada, quando comparado à outros estados brasileiros. Localizado na região sul do Brasil, representa 1,12% do território nacional e é dividido pelo IBGE em 20 microrregiões. No ano de 2000 contava com uma população de mais de 5,3 milhões de habitantes, predominantemente urbana [78,75%]. (IPEA, 2009)

Possui o segundo maior Índice de Desenvolvimento Humano [IDH] do Brasil [0,822], e de acordo com Theis (2008), possui o menor índice de desemprego do país [5,7%], a maior proporção de trabalhadores assalariados com carteira assinada [84,2%] e a menor proporção da população em situação de pobreza [12.1%].

Segundo Theis e Butzke (2008), sua população economicamente ativa [PEA] se distribui, no período recente, por algumas atividades dinâmicas, intensivas em tecnologia, e por outras tradicionais, intensivas em força de trabalho pouco qualificada.

Para Lins (2002), a estrutura industrial de Santa Catarina é caracterizada pela diversificação setorial e pela homogeneidade das atividades em determinados espaços do território catarinense.

A microrregião dos Campos de Lages é composta por 18 municípios, é a maior em extensão territorial no Estado [15.806,60km<sup>2</sup>], ocupa a nona posição em número de habitantes, com uma população de 284.952, e sua economia está alicerçada na agropecuária, fruticultura, silvicultura, turismo rural e indústria madeireira.

Dos municípios pertencentes à microrregião dos Campos de Lages, seis deles pertencem à SDR de São Joaquim [Bom Jardim da Serra, Bom Retiro, São Joaquim, Urubici, Urupema e Rio Rufino]. Com um setor industrial incipiente, a economia desses municípios é baseada na pecuária extensiva e, principalmente, na fruticultura de clima temperado. Grande parte da população de

**III ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE**  
**23, 24 e 25 de abril de 2009 – Blumenau, SC**  
**Artigos Científicos**  
**Área Temática: Planejamento e desenvolvimento regional**

---

51.700 habitantes em 2006, permanece empregada apenas durante as safras, um dos motivos que leva os municípios a possuírem um IDH abaixo da média do Estado.

Apesar de uma situação aparentemente privilegiada e diferenciada da realidade de outros estados brasileiros, as disparidades encontradas no estado são grandes.

A análise de dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada [IPEA], referente à PEA presente em cada microrregião do estado demonstra que, em 1970, oito microrregiões concentravam 60,7% PEA total do Estado, e a diferença entre a região que concentrava o maior e o menor índice era de 11,2 vezes. Em 2000 foi possível observar a ampliação das disparidades. A soma da PEA das oito microrregiões com o maior índice de PEA do Estado passa a ser de 68,6%, e a diferença entre o maior e o menor índice chega a 27,2 vezes.

Estes dados evidenciam uma tendência à concentração e ao aumento das desigualdades sócio-espaciais em Santa Catarina.

Ao analisar os dados do produto interno bruto [PIB] pelas microrregiões de Santa Catarina (tomando-se agora o ano de 2000 e 2006), observando-se o período anterior e posterior à implantação das Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional [SDR], as disparidades permanecem visíveis e crescentes.

Em 2000, as oito maiores microrregiões do Estado produziam 73% do PIB, sendo apenas, pouco mais de  $\frac{1}{4}$  da riqueza gerado pelas demais 12 microrregiões catarinenses. Neste ano, o maior PIB do estado, já era 65,9 vezes superior ao menor PIB catarinense.

No ano de 2006 as mesmas 08 microrregiões responsáveis pelos maiores PIB do estado em 2000, foram responsáveis por mais de 77% do PIB catarinense, alternando apenas algumas posições. Comprovando o aumento das disparidades, o maior PIB do estado passa a ser 73,8 vezes superior ao PIB da menor economia regional.

Para Theis (2008) esses dados confirmam a desigualdade sócio-espacial presente em Santa Catarina, apesar da reiterada proclamação de que predomina um padrão de desenvolvimento que diferencia o Estado de outras unidades da Federação.

#### **4. Planejamento em Santa Catarina**

Com aproximadamente cinquenta anos de história do planejamento, Santa Catarina possui um histórico que caminha em conjunto com o do sistema federal e apenas se diferencia devido à

**III ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE**  
**23, 24 e 25 de abril de 2009 – Blumenau, SC**  
**Artigos Científicos**  
**Área Temática: Planejamento e desenvolvimento regional**

---

contribuições de instituições regionais. Apesar das características convencionais de planejamento, o Estado foi estimulado a incorporar a descentralização e a participação a partir da redemocratização e promulgação da Constituição, na década 80. (BATISTA, 2008, p. 13)

A evolução recente do planejamento em Santa Catarina tem início em 1983, com o governo de Esperidião Amin e Victor Fontana (de 1983 a 1986) do Partido Democrático Social (PDS). O plano de governo, denominado “Carta aos Catarinenses”, que pretendia “dar prioridade aos pequenos, participação comunitária, integração estadual e qualidade de vida”, sendo elaborado pela Secretaria de Planejamento. (GOULARTI, 2005, p.641)

É possível observar nos governos seguintes, a falta de continuidade dos planos elaborados pelo governo anterior, não sendo raro a reestruturação do órgão planejador a cada novo governo. Mas é notória a preocupação com a descentralização e a demanda crescente por participação, ao menos em termos retóricos, em cada novo plano. (THEIS; BATISTA, 2008, p.263)

As palavras “participação” e “participatório” foram introduzidas ao vocabulário do desenvolvimento no final da década de 50. Segundo Rahnema (2000), ativistas sociais e funcionários de diversas organizações empenhadas a ajudar os países em desenvolvimento, depararam-se com uma realidade completamente diferente da imaginada. Isso os fez atribuir o fracasso dos projetos de desenvolvimento à exclusão da população envolvida, no processo de formulação e implantação desses projetos.

Para Sartre (2005):

[...] quando falamos de local, e quando pretendemos agir nessa escala, precisamos compreender os laços que unem o local aos sujeitos. Eles dão ao local um sentido particular, a partir do qual os sujeitos fundam as suas experiências quotidianas. É dessa base que o desenvolvimento local pode (re)partir. (SARTRE et. al., 2005, p. 121)

Rahnema (2000) conclui que “[...] quando as populações locais eram envolvidas nos projetos e deles participavam ativamente, obtinham-se melhores resultados, com muito menos esforço, mesmo em termos puramente financeiros.” (RAHNEMA, 2000, p.192)

Uma das particularidades do processo de desenvolvimento de Santa Catarina são as experiências a partir das próprias regiões. O processo de descentralização teve início na década de 60 com o surgimento das associações de municípios, e posteriormente com a criação dos Fóruns de Desenvolvimento Regional, na década de 90.

**III ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE**  
**23, 24 e 25 de abril de 2009 – Blumenau, SC**  
**Artigos Científicos**  
**Área Temática: Planejamento e desenvolvimento regional**

---

Atualmente o estado conta com 21 Associações de Municípios, que tiveram um papel atuante ao nível regional e estadual, participando ativamente dos termos de referência na década de 1960 e, em maior ou menor grau, de todas as iniciativas de planejamento regional que se sucederam. No nível regional, contam com iniciativas desde as próprias municipalidades. (BUTZKE; THEIS, 2007, p.16)

Surgiram com a finalidade básica de aumentar o poder reivindicatório dos municípios junto aos órgãos estatais para a resolução de problemas comuns. (SOUTO-MAIOR, 1992 apud BUTZKE; THEIS, 2007, p.16) E entre os objetivos almejados com sua criação, estão o desenvolvimento regional através do planejamento e assistência técnica aos municípios associados. (KRAUS, 1991 apud BUTZKE; THEIS, 2007, p.16)

A Associação dos Municípios da Região Serrana (AMURES), foi criada em agosto de 1968 e abrange os 18 municípios da microrregião dos Campos de Lages. A AMURES “[...] busca a integração político-administrativa, econômica e social dos municípios que a compõem” (AMURES, 2009) e visa, dentre outros propósitos, defender e reivindicar os interesses regionais, promover o estabelecimento de cooperação intermunicipal e intergovernamental da região e estabelecer parcerias de cooperação com os governos federal, estadual, municipal e sociedade.

Os Fóruns de Desenvolvimento Regional [FDR] tiveram início em 1996, em Chapecó, durante o segundo governo de Esperidião Amin (1992-1996). Foi uma iniciativa da Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina [AMOSOC], precedida pela criação do Fórum Catarinense de Desenvolvimento [FORUMCAT], que reuniu os demais fóruns regionais. Na busca pelo fortalecimento da cidadania, os FDR visavam o desenvolvimento regional sustentável através da articulação e integração de entidades públicas e privadas. Atualmente os FDR estão em processo de transição para a formação das Agências de Desenvolvimento Regional [ADR], que atuariam como braços operacionais dos FDR e têm por objetivo a captação de recursos para a efetivação de projetos. (THEIS; BUTZKE, 2008, p.06)

O “Plano Catarinense de Desenvolvimento” [PCD], elaborado no governo de Luiz Henrique da Silveira e Eduardo Pinho Moreira (2003-2006), foi construído pela Secretaria de Planejamento em conjunto com o Instituto Celso Ramos. Tendo como base um “Master-Plan”, seus objetivos principais foram a descentralização e o desenvolvimento regional sustentável, visando maior equidade entre regiões e melhor qualidade de vida à população.

**III ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE**  
**23, 24 e 25 de abril de 2009 – Blumenau, SC**  
**Artigos Científicos**  
**Área Temática: Planejamento e desenvolvimento regional**

---

Com a proposta de substituir funções centralizadas por regionalizadas, Luiz Henrique da Silveira cria os Conselhos e Secretarias de Desenvolvimento Regional, uma nova estratégia, concebida “de cima para baixo” e que não valoriza as iniciativas de planejamento regional a partir das próprias regiões, iniciativas estas apoiadas pelo governo de Esperidião Amin e dotadas de estrutura e experiência, independentes de vinculação partidária. A nova estratégia de Luiz Henrique da Silveira adota, inclusive, um recorte territorial diferenciado em relação às Associações Municipais.

Apesar do posicionamento inovador, as Secretarias de Desenvolvimento Regional têm sido duramente criticadas por serem compostas, cada uma, de 15 a 20 cargos vinculados aos partidos da base governista, podendo fortalecer relações clientelistas ao invés de atenuá-las. (BUTZKE; THEIS, 2007, p.17)

O PCD visa à reintrodução do processo de planejamento de longo prazo na Administração Pública do Estado, visando o desenvolvimento sustentável e equilibrado, identificando as áreas e diretrizes estratégicas do Estado e formulando planos de ação para alcançá-las. De acordo com o governo, as diretrizes e estratégias do PCD aprofundam o movimento de descentralização, e não visa apenas o aumento de índices econômicos tradicionais, mas busca um desenvolvimento sustentável, promovendo equidade entre pessoas e regiões. (SANTA CATARINA, 2009b)

Hoje existem 36 SDR, que atuam como agências de desenvolvimento, tornando regionalizadas, funções antes centralizadas pelo governo, redistribuindo funções governamentais. A participação dos atores locais, no PCD, fica determinada pela ação dos Conselhos de Desenvolvimento Regional [CDR]. Cada SDR possui um CDR, que, entre outras atribuições, fica responsável pelo auxílio na elaboração dos planos de desenvolvimento regional, pela definição de prioridades para o recebimento de recursos na região e a promoção de discussões em defesa das necessidades e interesses dos municípios ou setores sociais representados.

Os CDR são órgãos formados pelo Secretário de Desenvolvimento Regional, os Prefeitos da região de abrangência da SDR, os presidentes das Câmaras de Vereadores da região de abrangência, 2 (dois) representantes por município da região de abrangência membros da sociedade, que possuam representatividade nos segmentos mais expressivos da região e que são definidos por Decreto do Chefe do poder Executivo, 1 (um) representante da Secretaria da

**III ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE**  
**23, 24 e 25 de abril de 2009 – Blumenau, SC**  
**Artigos Científicos**  
**Área Temática: Planejamento e desenvolvimento regional**

---

Fazenda (sem direito a voto) e 2 (dois) representantes da Secretaria de Segurança Pública e Defesa do Cidadão – SSP, com lotação na respectiva região (sem direito a voto).

Neste caso é notória a vinculação partidária na formação das SDR e CDR, colocando em dúvida o discurso de “participação” proposto inicialmente com a implantação da descentralização.

### **5. A SDR de São Joaquim**

A SDR de São Joaquim abrange 06 municípios que pertencem à microrregião dos Campos de Lages: Bom Jardim da Serra, Bom Retiro, São Joaquim, Urubici, Urupema e Rio Rufino. A análise de dados do IPEADATA demonstra que, mesmo com uma pequena melhora entre 1991 e 2000, a região possui o menor IDH do Estado. Dessa forma, a SDR de São Joaquim, tem como objetivos principais: (i) Fomentar e contribuir de modo efetivo para o desenvolvimento local sustentável e a melhoria da qualidade de vida da Serra Catarinense, ressaltando que o desenvolvimento deverá ser economicamente viável, socialmente justo e ecologicamente equilibrado. O indicador para análise do alcance desse objetivo é o aumento do IDH dos municípios da SDR. E (ii) fortalecer e consolidar no território da Serra Catarinense as estratégias de desenvolvimento local, através da formação de capital humano e social, desenvolvimento produtivo difuso do território e concertação interinstitucional para gestão participativa. Segundo o Plano de Desenvolvimento Regional elaborado pela SDR de São Joaquim, esse objetivo poderá ser analisado através do crescimento da arrecadação de tributos relativos à atividade econômica e o aumento da renda per capita dos municípios do território. (SANTA CATARINA, 2009a)

Analisando-se os dados relativos ao PIB da região entre 2002 e 2006, é possível observar um aumento de 70,77% no período, passando de R\$304.147,15, em 2002, para R\$519.395,79, em 2006, percebendo-se considerável aumento na participação do setor de serviços, provavelmente impulsionado pelo Turismo Rural, em ascensão na região.

O aumento do PIB per capita também é facilmente constatado. Urubici possuía, em 2002, o menor PIB per capita da região da SDR de São Joaquim [R\$4.567,93], em 2006 seu PIB per capita passou a ser de R\$ 7.613,97, um aumento de 66,68%. O município de Bom Jardim da Serra possuía o segundo menor PIB per capita da região e obteve um aumento de mais de 84%, passando de R\$5.253,71, em 2002, para 9.699,80, em 2006. Já o município de Bom Retiro, que

**III ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE**  
**23, 24 e 25 de abril de 2009 – Blumenau, SC**  
**Artigos Científicos**  
**Área Temática: Planejamento e desenvolvimento regional**

---

possuía o maior PIB per capita [R\$ 9.517,28], em 2002, teve um aumento de apenas 10,64%, passando para R\$ 10.529,47. É possível observar através dos dados que, além do aumento dos valores avaliados, o município com o maior PIB per capita obteve o menor aumento no período, enquanto os municípios que possuíam os menores valores tiveram um aumento muito maior.

No mesmo período, houve um significativo aumento na arrecadação de impostos da região, em 2006 foi arrecadado 55,61% a mais que o total arrecadado em 2002. No geral, os dois municípios que mais arrecadavam impostos na região [São Joaquim e Urubici], continuaram a ser os maiores arrecadadores, mas passaram de 84,65% do total de arrecadações em 2002, para 79,90% do total arrecadado em 2006. Já os 3 municípios que menos arrecadavam em 2002 [Rio Rufino, Urupema e Bom Jardim da Serra, respectivamente], representavam 5,29% das arrecadações, e apesar de permanecem sendo os que menos arrecadam, passaram a ter uma participação de 7,49% do total arrecadado em 2006.

Infelizmente, não existem dados disponíveis, referentes ao IDH dos municípios da SDR de São Joaquim, no período após sua criação, não sendo possível a avaliação desse quesito. Mas de acordo com informações do Sistema Integrado de Controle de Obras Públicas (SICOP), das 127 obras de responsabilidade da SDR de São Joaquim desde 2003, 97% estão concluídas ou em andamento, elas totalizam uma destinação de R\$ 97.548.529,09 e a grande maioria é destinada às áreas de educação, infra-estrutura e saúde, indicando uma possível melhora nas condições de vida da população.

Ou seja, além do aumento do PIB per capita, da arrecadação de impostos e de um possível aumento do IDH, objetivos propostos pelo Plano de Desenvolvimento Regional, os dados mostram que, pelo menos em um primeiro momento, os municípios da SDR de São Joaquim estão diminuindo as disparidades intermunicipais, atingindo, também um dos grandes objetivos do PCD.

## **6. Conclusões**

Este artigo teve como objetivo principal analisar o processo de criação das SDR e sua efetividade, tendo como referencial teórico o planejamento e o desenvolvimento desigual. Assim, partiu-se do pressuposto que a criação de um modelo de planejamento de “cima para baixo”, com a criação das SDR, inibe ou anula a mobilização de atores locais, sem aumento significativo no

**III ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE**  
**23, 24 e 25 de abril de 2009 – Blumenau, SC**  
**Artigos Científicos**  
**Área Temática: Planejamento e desenvolvimento regional**

---

desenvolvimento das regiões e com o crescimento constante das desigualdades regionais. Contudo, a partir da análise de dados disponíveis, foi possível constatar algumas mudanças.

O Plano Catarinense de Desenvolvimento, apesar do discurso, inibe a participação de atores locais, já que as definições de prioridades e investimentos ficam por conta dos CDR, compostos por representantes do governo. Até mesmo os membros da sociedade participantes do CDR, que possuam representatividade em segmentos expressivos da região, são definidos por Decreto pelo Governador do Estado, desconsiderando as iniciativas desde as próprias regiões, descartando a possibilidade de participação autêntica da sociedade civil e colocando em dúvida a democratização do processo.

Mesmo assim, os dados demonstram que a SDR de São Joaquim vem atingindo os objetivos principais propostos no PDR, aumentando a arrecadação de impostos, o PIB per capita e com grandes investimentos em obras relativas à saúde, educação e infra-estrutura, o que possivelmente aumentará o IDH dos municípios, que se encontram hoje, entre os menores do estado. Mais do que isso, além dos objetivos do PDR, é possível constatar uma aproximação de um dos maiores objetivos propostos pelo PCD, que busca uma maior equidade entre pessoas e regiões, já que os municípios menos desenvolvidos foram os que alcançaram os melhores índices, enquanto os mais desenvolvidos na região, não obtiveram melhoras tão significativas.

É importante frisar que as constatações feitas através deste artigo, não descartam a possibilidade de existirem acontecimentos paralelos às ações das SDR, o que levaria à uma melhora dos índices analisados independente da existência da SDR na região, sendo necessário um novo estudo para constatação deste fato.

### **Referências**

BATISTA, Lahra N. **A Evolução Recente do Sistema de Planejamento de Santa Catarina: As Iniciativas Governamentais de Planejamento.** (=Relatório de Pesquisa). Blumenau: FURB, 2008.

BUTZKE, Luciana. THEIS, Ivo M. **Planejamento para o Desenvolvimento Territorial Sustentável em Santa Catarina: Caminhos e Descaminhos.** In: Anais do XII Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional; 21 a 25 de maio de 2007; Belém-PA. Belém: ANPUR, 2007.

**III ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE**  
**23, 24 e 25 de abril de 2009 – Blumenau, SC**  
**Artigos Científicos**  
**Área Temática: Planejamento e desenvolvimento regional**

---

CNM. **Confederação Nacional de Municípios**. Disponível em: <<http://www.cnm.org.br/>>  
Acesso em: 07/03/2009.

ESCOBAR, Arturo. Planejamento. In: SACHS, Wolfgang. **Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder**. Tradução de: The development dictionary. Petrópolis: Vozes, 2000. p.211-228.

GOULARTI FILHO, Alcides. **O planejamento estadual em Santa Catarina de 1955 a 2002**. Ensaios FEE, Porto Alegre, v.26, n°1, p.627-660, jun. 2005. Disponível em: <[http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/publicacoes/pg\\_revistas\\_ens.php](http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/publicacoes/pg_revistas_ens.php)> Acesso em: 09/03/2009.

HARVEY, David. **Espaços de esperança**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

LÖWY, Michael. Teoria do Desenvolvimento Desigual e Combinado. Trad.: Henrique Carneiro. **Outubro**, n.1, p.73-80, 2000.

IPEA. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/>>. Acesso em: 05/03/2009.

RAHNEMA, Rajid. Participação. In: SACHS, Wolfgang. **Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder**. Tradução de: The development dictionary. Petrópolis: Vozes, 2000. p.190-210.

SANTA CATARINA. **Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de São Joaquim**. Disponível em: <<http://www.sjq.sdr.sc.gov.br/>> Acesso em: 07/03/2009a.

SANTA CATARINA. **Secretaria de Planejamento e Gestão**. Disponível em: <<http://www.spg.gov.br/>>. Acesso em: 07/03/2009b.

SARTRE, Xavier Arnauld de & BERDOULAY, Vincent. **Teoria do Sujeito, geografia e desenvolvimento local**. Novos Cadernos NAEA v. 8, n. 2, p. 109-124, dez. 2005, ISSN 1516-6481

SICOP. **Sistema Integrado de Controle de Obras Públicas**. Disponível em: <<http://www.sicop.sc.gov.br/>> Acesso em: 07/03/2009.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento Desigual: natureza, capital e a produção do espaço**. 250p. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

THEIS, Ivo M. **A Dinâmica Espacial Recente da Economia Catarinense**. (=Texto para Discussão NPDR). Blumenau: FURB, 2008

THEIS, Ivo M. BATISTA, Lahra. **A Evolução Recente do Sistema de Planejamento de Santa Catarina: As Iniciativas Governamentais de Planejamento**. Anais do II Encontro de Economia Catarinense. 24, 25 e 26 de abril de 2008. Chapecó, 2008.

**III ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE**  
**23, 24 e 25 de abril de 2009 – Blumenau, SC**  
**Artigos Científicos**  
**Área Temática: Planejamento e desenvolvimento regional**

---

THEIS, Ivo M. BUTZKE, Luciana. **Planejamento e Desenvolvimento Desigual em Santa Catarina**. In: Anais do III Simpósio Lutas Sociais na América Latina – Trabalhadore(a)s em movimento: constituição de um novo proletariado?; 24 a 26 de setembro de 2008; Londrina-PR. Londrina: GEPAL, 2008.